



A PROLIFERAÇÃO DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Nos últimos anos temos assistido à criação de comissões de ética nas mais diversas instituições da sociedade portuguesa. Interessam-nos aqui as que têm surgido no âmbito das universidades. E, porque elas têm sido criadas em ligação estreita com as práticas de investigação, interessam-nos também as que têm vindo a aparecer no âmbito de outros organismos com os quais os investigadores mantêm contactos de modo a ter acesso a material empírico para os seus trabalhos. Exemplifique-se com as comissões de ética em instituições da área da saúde, com a qual os investigadores da comunidade científica a que pertencem, a psicologia, mantêm frequentes relações de colaboração. Também à divulgação dos resultados da pesquisa, através da publicação de artigos, passou a ter de fazer prova de certificação, pois um número crescente de revistas científicas exige um documento que comprove a submissão do projeto de investigação a uma comissão de ética.

A reflexão que proponho neste texto visa interrogar possíveis sentidos para esta proliferação de comissões de ética. Não me situarei numa posição de exterioridade relativamente a este facto, como quem ajuizasse de fora algo que não lhe diz respeito a não ser enquanto objeto dado à análise. Com efeito, eu próprio integro a Comissão de Ética da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aproveitando para sublinhar que nada do que exporei no meu argumento veicula esta comissão, pois trata-se de uma reflexão pessoal aquela que aqui proponho.

1. ÉTICA DA CONFIANÇA E ÉTICA DA SUSPEIÇÃO

Quem já trabalha no sistema da ciência há um grande número de anos sabe que fazia investigação e publicava resultados sem que houvesse a sua passagem por algum organismo com as funções que têm hoje as comissões de ética. Isto não deve conduzir à conclusão apressada de que estaríamos num vazio: as boas práticas no que toca à observância de princípios éticos faziam parte da formação do investigador e eram aprendidas na relação com os colegas e com os orientadores. Estou convicto de que a maioria de nós – dos que vêm do tempo pré-comissões de ética, digamos – reconhece que não atuava num espaço desregrado, entregue apenas ao bom-senso de cada um. Então a que se deve a proliferação das comissões de ética?

Num primeiro olhar, é como se de repente nos déssimos conta de que poderíamos andar a ser levianos - pior ainda, a fazer asneiras - e fosse necessário desenvolver mecanismos capazes de nos conter uns aos outros. Deem-se alguns exemplos:

- a) devem agora os estudantes que submetem a sua tese de doutoramento a defesa pública declarar na 1ª página que se trata de uma investigação original; devem ainda submetê-la a uma ferramenta informática que deteta plágio (o “Turn it in”, no caso da Universidade do Porto);



LUÍS FERNANDES

PROFESSOR
ASSOCIADO
DA FACULDADE
DE PSICOLOGIA
E CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
DO PORTO

b) cresce o número das revistas que, para apreciarem um artigo submetido para publicação, exigem um novo procedimento: o de enviar o parecer da comissão de ética da instituição de pertença do(s) investigador(es). Se esta exigência se generalizar tornará praticamente obrigatória a vistoria pelas comissões de ética de todo e qualquer projeto de investigação. A ética será assim reduzida a um procedimento administrativo e o seu papel estreitado em torno duma espécie de fiscalização, como se todo o projeto de investigação tivesse necessariamente de oferecer dúvidas que entram no terreno da ética;

c) generalização, hoje já praticamente consumada nas ciências da saúde – não tanto ainda em ciências sociais como a antropologia – do consentimento informado. Se nos parece indispensável em certos casos – desde logo nas investigações que envolvam crianças – e altamente aconselhado noutros, já para certas investigações é um mero pró-forma administrativo que nada vem acrescentar ao vínculo de confiança que o investigador construiu com os sujeitos da sua investigação; noutros casos revela-se mesmo impossível, como é o caso da observação participante em contexto natural.

Poderíamos recolher outros indícios deste movimento de produção de confissões e vigilâncias. José Alberto Correia sintetiza bem a questão quando distingue as éticas da confiança das da suspeição e afirma que os tempos mais recentes têm produzido uma crise nas éticas da confiança e incentivado as da suspeição¹. Byung-Chul Han sustenta que nos encaminhamos para uma sociedade da transparência, que ele opõe à sociedade da confiança:

“ A confiança só é possível num estádio médio entre saber e não saber. Confiança significa: apesar do não saber em relação ao outro, construir uma relação positiva com ele. A confiança torna possíveis ações apesar da falta de saber. Se sei tudo de antemão, a confiança

é desnecessária. A transparência é um estado no qual se elimina todo o não saber. Onde domina a transparência não se dá nenhum espaço para a confiança. Em vez de «a transparência produz confiança» deveria dizer-se «a transparência desfaz a confiança.» (...)” (Han, 2018, p. 91).

É como se aquilo que parece, à primeira vista, revelar uma grande exigência ética – a transparência – fosse afinal o sinal de uma crise profunda – a da confiança:

“ Numa sociedade que repousa sobre a confiança não surge nenhuma exigência aguda de transparência. A sociedade da transparência é uma sociedade da desconfiança e da suspeição que, por causa do desaparecimento da confiança, se apoia no controle. A forte exigência de transparência indica precisamente que o fundamento moral da sociedade se tornou frágil, que os valores morais como a honra e a lealdade perdem cada vez mais o seu significado.” (Han, 2018, p. 12).

A proliferação de dispositivos de vigilância em torno da ética nas práticas de investigação não parece estar, pois, relacionada com algo de disfuncional que se tratasse de corrigir. As comunidades científicas não são redes que tenham sido atingidas pela desonestidade ou pelo fazer a qualquer preço. Limitam-se a refletir no seu interior um movimento mais vasto que nos estará a conduzir das sociedades da confiança para as da transparência. Mas vivemos também em sociedades de grande exigência de produtividade, com uma lógica de mercado que perpassa todas as instâncias do social. Veremos no ponto seguinte como se cruza isto com o argumento que expusemos até agora.

2. A PRESSÃO PARA A PUBLICAÇÃO

A escrita de artigos científicos, simplesmente designados por *papers* na linguagem coloquial da comunidade científica, tem vindo a adquirir grande centralidade. Foi sempre importante, como o atesta a antiguidade das revistas científicas, mas hoje tornou-se um ▶



¹ A dicotomia ética da confiança/ética da suspeição tem sido enunciada em várias comunicações orais de José Alberto Correia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto).

indicador de produtividade utilizado para diversos fins nas métricas da ciência, das suas instituições e das carreiras dos seus docentes e investigadores. Já dedicámos noutra local espaço de análise a este fenómeno, que tem conduzido a uma pressão para a publicação sem precedentes (Fernandes, 2017; Tinoco & Fernandes, 2020; Tinoco & Fernandes, 2021).

Esta pressão pode acarretar efeitos disfuncionais, como a pouca maturação das investigações na pressa de divulgar resultados, a multiplicação de *papers* sobre o mesmo assunto provocando redundância informativa e, não raro, irrelevância, ao nada acrescentar ao já dito; redução do tamanho dos artigos, de modo a publicar mais num único número da revista, aumentando assim a probabilidade de ser citada; aumento artificial do número de autores, incluindo na autoria investigadores com participação ínfima na investigação. No pior dos casos vêm os comportamentos fraudulentos, como a manipulação de resultados, dados falsos, falsas autorias e plágios. Spognardi e Matos (2021) advertem-nos para a possibilidade de que “Embora algumas das estratégias identificadas possam ser justificáveis e/ou inócuas, outras envolvem uma distorção na comunicação dos resultados e violam os limites do que é eticamente aceitável” (p. 237).

Outro efeito indesejável pode ser o que assinalam Silva e Guerra (2021) quando afirmam que “a produção científica, nesse contexto, deixa de ser o resultado de processos integrativos e colaborativos, já que tanto às instituições como aos pesquisadores torna-se complicado colaborar com seus concorrentes diretos na busca por recursos, bolsas ou outras parcas migalhas, tão necessárias à sua própria sobrevivência académica” (p. 115).

Outra tendência facilmente detetável que resulta da pressão para a publicação é a cada vez maior precocidade das autorias: incentivam-se os investigadores ainda em fase incipiente a publicar (no caso dos mestrados); consagra-se em alguns regulamentos dos programas de doutoramento a obrigatoriedade de ter pelo menos um artigo aceite para publicação antes da defesa pública da tese, bem como a possibilidade da realização da tese através de artigos publicados; no recrutamento de



investigadores tem grande peso o número de publicações dos candidatos, mesmo se ainda praticamente não tiveram oportunidade de estar em plena atividade científica...

A pressão para a publicação, em suma, arrisca-se a transformar a escrita de *papers* num fim em si mesmo, o que deveria levar a comunidade científica a interrogar-se sobre a verdadeira utilidade deste frenesim editorial. E, de facto, tais questionamentos começam a aparecer. Atentemos no que nos dizem Spognardi e Matos (2021): “Pressionados pela necessidade de manter um vínculo profissional, muitos investigadores investem o seu próprio tempo e dinheiro na produção e comunicação de conhecimento científico. Do ponto de vista da sociedade, estas práticas – que aqui designamos genericamente como «autoexploração» - colocam um evidente problema ético” (p. 236).

3. DESCONFIANÇA COGNITIVA E DESCONFIANÇA MORAL

Primeiro incentivámos a produção intensiva da escrita científica, conduzindo à multiplicação de artigos que querem ver a luz do

dia e a conseqüente multiplicação de revistas. Reforçamos depois em conseqüência a vigilância sobre os materiais a publicar, convertendo o rigor do processo de revisão de pares num indicador da qualidade das próprias revistas. Mas, simultaneamente, criamos um indicador bibliométrico que adquiriu grande importância na classificação das revistas num ranking de qualidade – o fator de impacto. Acontece que ele se baseia no número de vezes que os artigos são citados por outros autores/publicações, o que funciona como um incentivo à escrita, num circuito retroalimentado sem fim à vista. São também critérios apoiados na citação de *papers* pelos pares que estão na base da atribuição do título de “cientista mais influente do mundo” em diversos campos da ciência.

A importância estratégica que é conferida ao *paper* incita à produção em série. Sabemos como este tipo de produção conduz à standardização, o que no caso em análise corresponde à subordinação do *paper* a uma estrutura-tipo que tem vindo a ser cada vez mais rígida, bem como à designada “escrita científica”². A pressa do escrever e o afã de produzir podem atrair à perigosa zona das tentações facilitistas. Minorar este risco próprio a toda a produção em série obriga ao crivo do controle de qualidade, desde o processo de revisão de pares às comissões de ética. O cientista não é agora autossuficiente para se responsabilizar pelo que comunica. É o próprio processo de autoria que está em mutação, que Bernardo (2014) caracteriza assim: “A imagem predominante do autor de artigos científicos está deixando de ser a do ‘gênero romântico’, que dedica sua inteligência e capacidade de análise para propor formas de inquirir mistérios do mundo para benefício humano... Agora, grande parte dos autores inclui aqueles que atuam como ‘empregados’ de empresas, funcionários que se dedicam a seguir a rotina de protocolos estabelecidos em propostas de investigações aceites pelas agências financiadoras e consagradas pela comunidade científica” (p. 131).

Se o primeiro nível de desconfiança se dirigiu ao produto científico, um segundo nível dirige-se aos meios pelos quais foi obtido. Entram assim as comissões que averiguam

sobre os princípios que movem o investigador, sobre a sua correção e lisura. A primeira desconfiança foi cognitiva, a segunda é moral. A malha apertada – é como se se olhasse para a prática científica como potencialmente fraudulenta, submetendo o investigador a escrutínio mesmo antes da transgressão. O risco, como em qualquer sistema de controle, é o do crescimento de um aparelho de vigilância que, se levado ao exagero, coarct a liberdade em nome da transparência. A questão que queremos deixar à discussão é a de saber se o predomínio de uma ética da suspeição não pode conduzir ao desgaste daquilo que se quer proteger, aproximando a ética de um procedimento administrativo e afastando-a da sua essência. •



2

Noutro local, (Fernandes, 2017) procedemos a esta análise e distinguimos duas modalidades de escrita, a expressiva e a instrumental. A designada “escrita científica” pauta-se por esta última, em nome de uma pretensa objetividade, o que no caso da escrita em ciências sociais é particularmente discutível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernardo, M. (2014). Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26, 129-139. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>
- Fernandes, L. (2017). A produção do saber psicológico na sociedade do conhecimento: breve reflexão sobre liberdades e constrangimentos. In Luís Fernandes (Ed.). *Conhecimento de si na sociedade do conhecimento – cinco textos inquietos* (pp. 19-52). Porto: Edições Apuro.
- Han, B. (2018). *La sociedad de la transparencia*. Barcelona: Herder Editorial
- Silva, F., & Guerra, R. (2021). Another brick (against) the wall: o produtivismo acadêmico e a iniciativa «Publicar sem perecer: Sobrevivendo ao turbilhão», In Sequeiros, P., Carvalho, M., & Capinha, G. (Eds.) *A investigação e a escrita: Publicar sem perecer* (pp. 107-127).
- Spognardi, A., & Matos, A. (2021). Oferta e procura de investigadores doutorados: distorções no sistema científico e tecnológico português, In Sequeiros, P., Carvalho, M., & Capinha, G. (Eds.) *A investigação e a escrita: Publicar sem perecer* (pp. 213-245).
- Tinoco, R., & Fernandes, L. (2020). A publicação e a escrita científica na imprensa internacional: tendências de mudança. *Revista do SNESup*, 68, pp. 32-35. <https://doi.org/10.26329/2020.68/69.9>
- Tinoco, R., & Fernandes, L. (2021). A escrita científica da ciência portuguesa: algumas métricas das ciências sociais e psicológicas. *Revista PSICOLOGIA*, 35(1), 61-70. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v35i1.1628>